

**Universidade Federal do Maranhão**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**



**Boletim Especial nº. 2, 2019**

**Construção Civil: impacto da crise setorial no mercado de  
trabalho maranhense**

São Luís  
2019

## **Expediente**

### **Observatório do Mercado de Trabalho do Maranhão OMT-MA**

#### **Coordenação Geral**

Marcelo Domingos Sampaio Carneiro

#### **Coordenação Organizacional**

Flávia de Almeida Moura

#### **Coordenação Técnica**

Tadeu Gomes Teixeira

#### **Assistentes de Pesquisa**

Cellyna Manuelle Silva da Paixão

Melquias Rosa Ribeiro

Francisco Jadson Brito de Oliveira

#### **Elaboração do Relatório**

Francisco Jadson Brito de Oliveira

Cellyna Manuelle Silva da Paixão

Tadeu Gomes Teixeira

Lucas Lima Silva

#### **Periodicidade**

Único

#### **Endereço**

Avenida dos Portugueses, 1966.

Centro de Ciências Humanas -

Prédio da Pós-Graduação em Ciências Sociais -  
Sala do Grupo de Pesquisa Trabalho e Sociedade.

Site: [www.omtmaranhao.com](http://www.omtmaranhao.com)

## **Sumário**

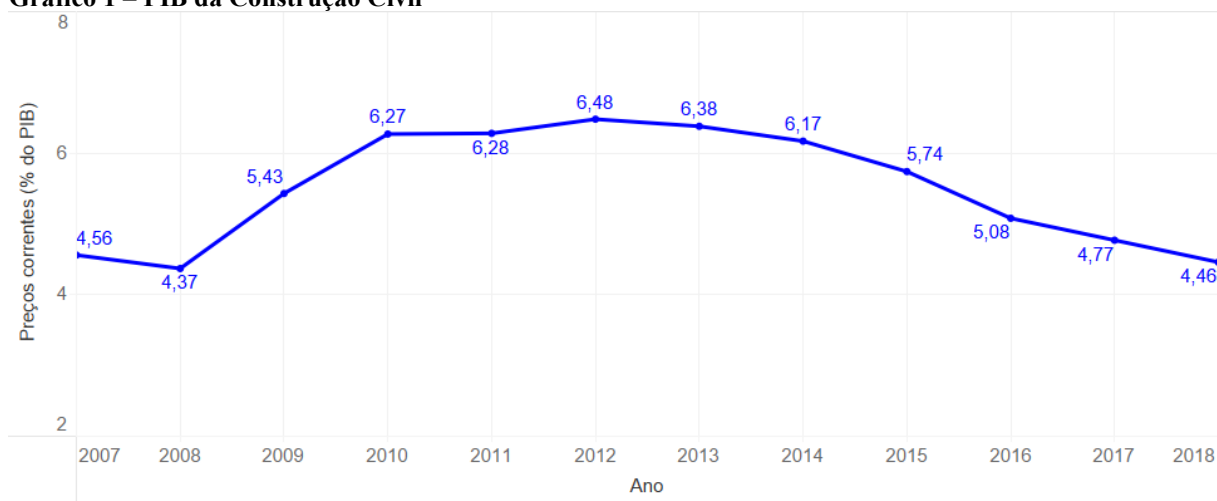
1. Construção Civil: panorama do setor em um contexto de crise .....	4
1.2 Obras públicas paralisadas .....	9
1.3 Obras Paralisadas no estado do Maranhão .....	14
2. Caracterização do emprego na construção civil no Maranhão .....	18
3. Perfil dos Trabalhadores da Construção Civil no Estado do Maranhão.....	21

## 1. Construção Civil: panorama do setor em um contexto de crise

A economia brasileira vem passando, pelo menos desde meados de 2014, por uma das maiores crises das últimas décadas. Nesse cenário, os setores de atividade econômica têm sentido os impactos de forma diversa, apesar da crise generalizada.

O setor da construção civil foi um dos que mais sentiu o impacto da crise. O percentual do Produto Interno Bruto (PIB) oriundo da construção civil, apesar da oscilação positiva entre 2009 e 2013, foi marcado por fortes contrações a partir de 2014, quando representava 6,17% do PIB e atingindo o seu menor valor na série histórica recente em 2018, quando registrou 4,46%, conforme o gráfico 1.

**Gráfico 1 – PIB da Construção Civil**

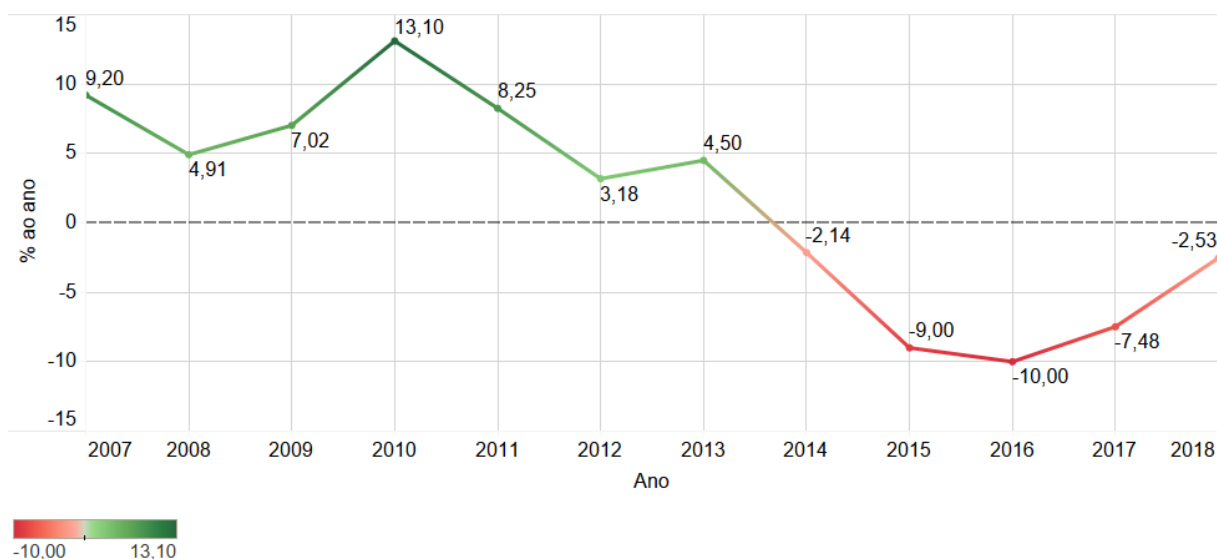


Fonte: adaptado de IPEA (2019)

Elaboração: OMT-MA

O PIB da construção civil brasileira, portanto, teve uma variação real anual positiva entre os anos 2007 e 2013. Nos anos seguintes, essa variação foi somente negativa, tendo a pior retração do período ocorrido em 2016 (-10,00%), conforme o gráfico 2.

**Gráfico 2 - Variação Real Anual do PIB da Construção Civil - Brasil**



Fonte: adaptado de IPEA (2019)

Elaboração: OMT-MA.

**Nota:** Para 2017-2018, resultados preliminares estimados a partir das Contas Nacionais Trimestrais Referência 2010. Para os demais anos, Sistema de Contas Nacionais Referência 2010.

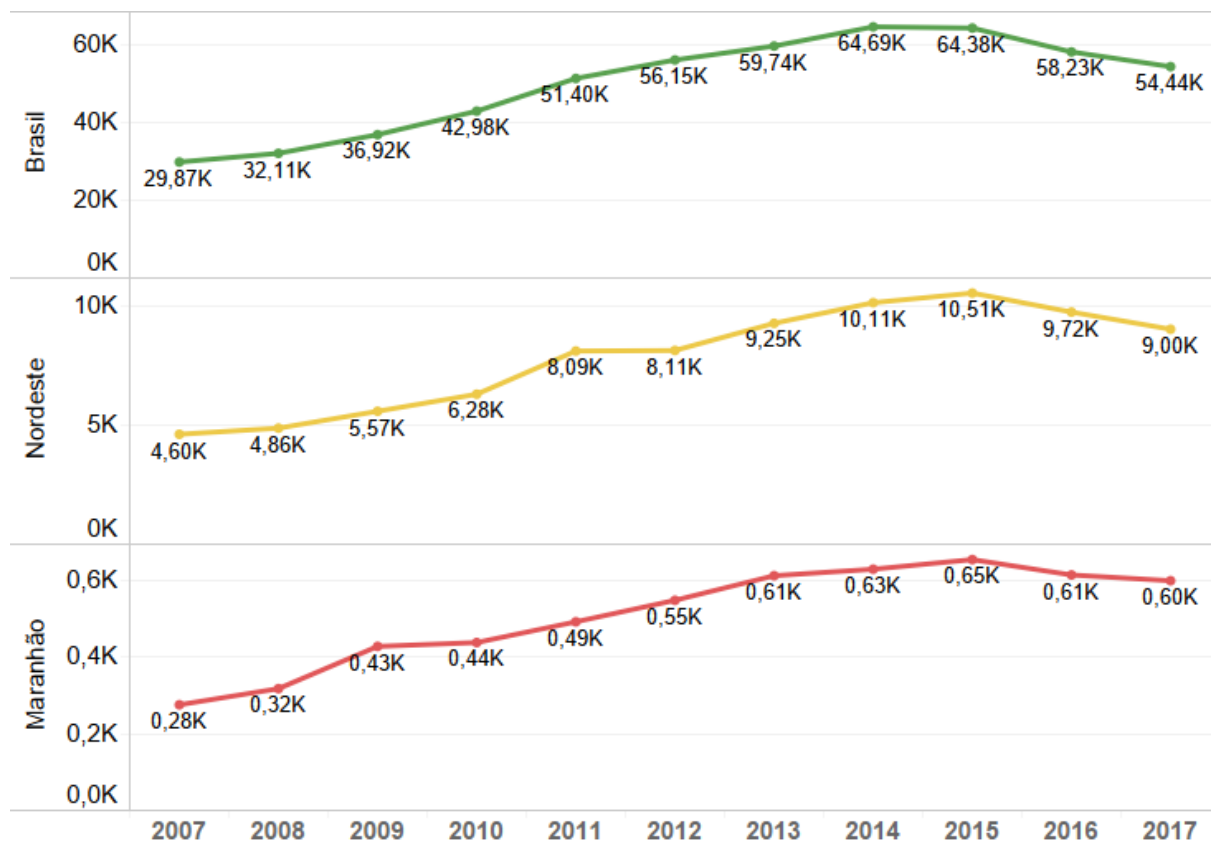
A dimensão da crise no setor pode ser também mensurada por meio da Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC). Os dados da PAIC cobrem o período de 2007 a 2017, último ano disponibilizado pelo IBGE<sup>1</sup>. Nossa análise da PAIC teve como recorte os dados desagregados por Unidades da Federação relativos às empresas com cinco ou mais pessoas ocupadas, em cada ano, durante a realização do levantamento.

Com isso, verificou-se que a quantidade de empresas do setor da construção civil ativas com cinco ou mais pessoas ocupadas no país cresceu de 2008 a 2014, quando o Brasil alcançou a marca de 64.688 empresas ativas. Esse crescimento também foi no Nordeste e no Maranhão.

Nesses locais, o ano com mais empresas ativas foi 2015, quando possuíam 10.512 e 653 empresas ativas com cinco ou mais pessoas ocupadas, respectivamente. Nos anos posteriores, a quantidade de empresas decresceu, registrando no país em 2017 o total de 54.442 empresas, enquanto o Nordeste apresentava 8.999 e o Maranhão totalizava 598 empresas, como pode ser observado no gráfico 3.

**Gráfico 3 - Número de empresas da construção civil ativas com cinco ou mais pessoas ocupadas (unidades, K=Mil)**

<sup>1</sup> A pesquisa busca “identificar as características estruturais básicas da atividade de construção no país e suas transformações no tempo, através de levantamentos anuais de dados econômico-financeiros” (IBGE, 2016).

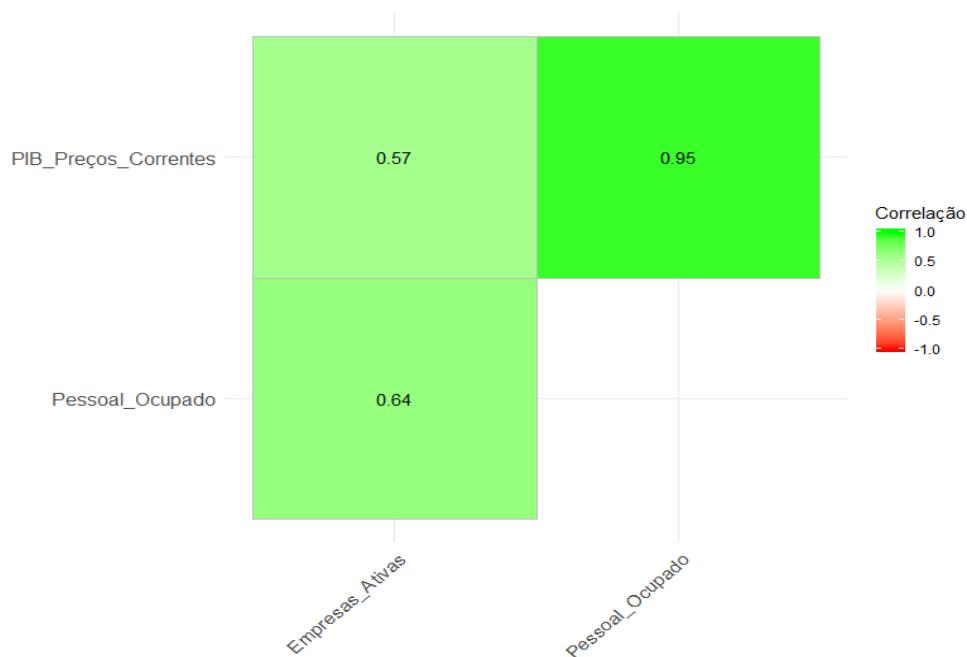


Fonte: IBGE - Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC).

Elaboração: OMT-MA.

Ao analisar o número de pessoas ocupadas nessas empresas, verifica-se que há tendência de acompanhar o PIB, isto é, há uma correlação positiva forte (0,95) entre os dados do PIB e os de ocupação, demonstrando que uma redução do PIB da construção civil impactou a ocupação do setor, conforme gráfico 4.

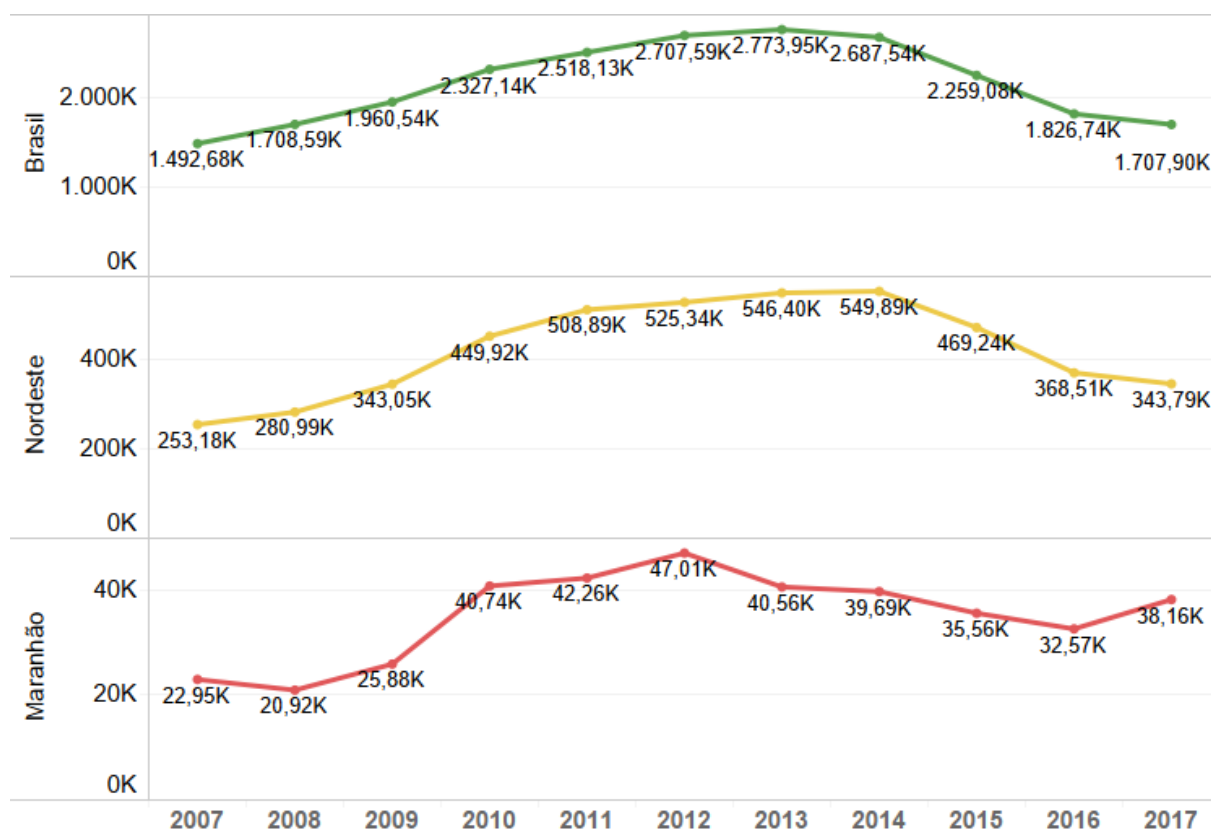
**Gráfico 4 – Correlação entre PIB a Preços Correntes, Pessoal Ocupado e Empresas Ativas com cinco ou mais pessoas ocupadas**



Fonte: IBGE - Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) e IPEA DATA.  
Elaboração: OMT-MA.

No caso do Maranhão, o comportamento da ocupação no setor foi instável. O ano que mais registrou pessoas ocupadas formalmente na construção civil foi 2012, com 47.014 registros. No entanto, a quantidades de trabalhadores empregados no setor no Maranhão nos anos posteriores diminuiu de forma contínua até 2016, quando decresceu para a marca de 32.573. No ano seguinte, a quantidade de trabalhadores aumentou mais de 17%, chegando a 38.164 trabalhadores.

**Gráfico 5 - Pessoal ocupado em 31/12 nas empresas de construção com cinco ou mais pessoas ocupadas (Pessoas, K=Mil)**



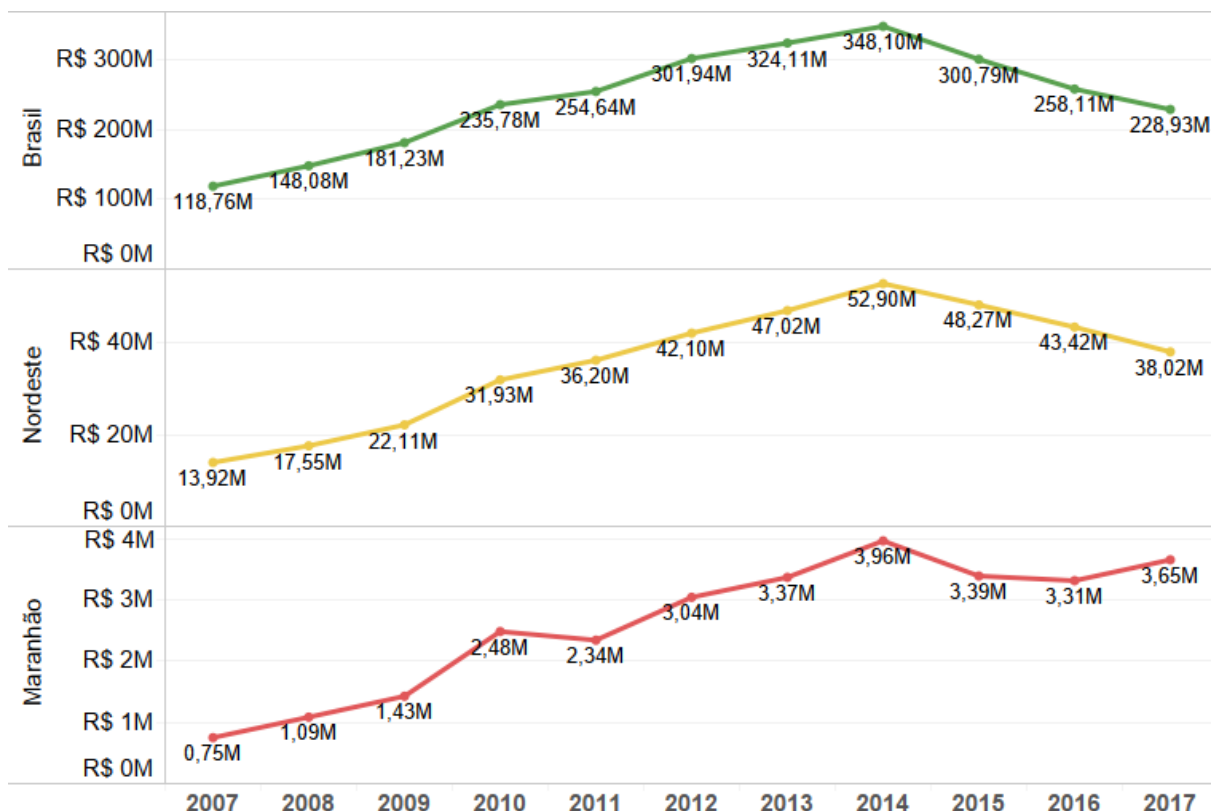
Fonte: IBGE - Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC).  
Elaboração: OMT-MA.

Analisando a Receita Líquida das empresas de construção civil com cinco ou mais pessoas ocupadas, conforme o gráfico 6, constata-se que o ano de apogeu do setor no país, no Nordeste e no Maranhão foi 2014. Nesse ano, a arrecadação líquida foi de R\$ 348.103.617,00, R\$ 52.903.550,00 e R\$ 3.962.709,00, respectivamente.

É preciso ressaltar que, por um lado, as empresas do setor de construção aumentaram suas receitas líquidas entre 2008 e 2014 em relação ao ano anterior (exceção foi o setor maranhense em 2014); por outro, o setor amargou uma variação percentual anual negativa entre 2015 e 2017, sendo o Maranhão a exceção em 2017, ano que o estado teve aumento da receita líquida no setor, conforme se observa no gráfico 6.

**Gráfico 6 – Receita líquida das empresas de construção com cinco ou mais pessoas ocupadas (Milhões)**





Fonte: IBGE - Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC).

Elaboração: OMT-MA.

## 1.2 Obras públicas paralisadas

Segundo o antigo Ministério do Planejamento (apud SENAI; CBIC, 2018), em junho de 2018 havia 4.669 obras paralisadas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em todo o país. O Nordeste era a região com a maior quantidade de obras estagnadas (43,3%), porém, o Sudeste era região com o maior valor monetário em obras paralisadas (65%).

Quanto ao valor da obra, 37,9% tinham valor orçado de até R\$ 500 mil e 12,9% acima de R\$ 15 milhões.

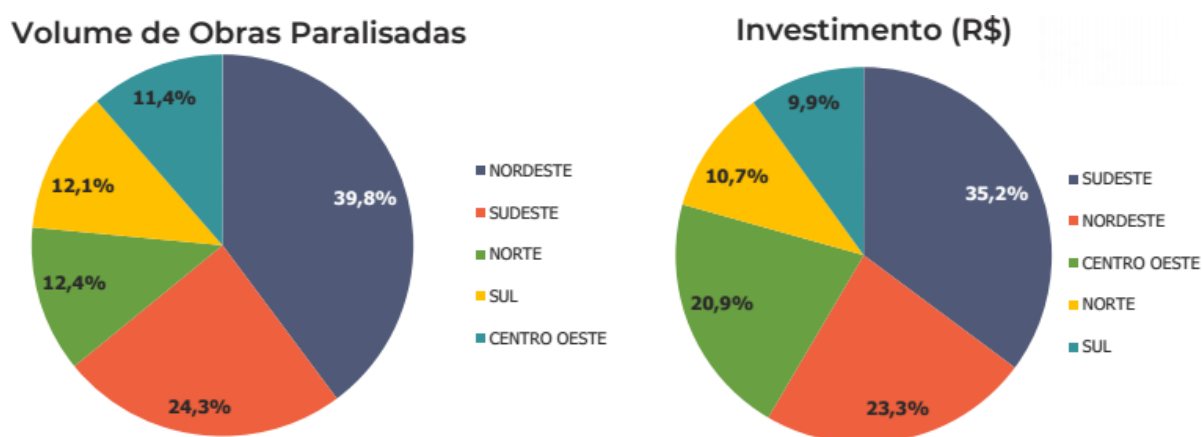
A maior parte das obras eram de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Regional (Ministério das Cidades), cujo montante chegava a 24,0%, do Ministério da Saúde, com percentual de 41,8%, e Ministério da Educação 28,7%. Juntos, portanto, os três Ministérios respondiam por 94,5% das obras paralisadas.

Do total de obras paralisadas, 36,6% eram Unidades Básicas de Saúde (UBS), 20,8% Creches e Pré-Escolas e 13,8% eram obras relativas a saneamento básico.

O principal motivo da paralisação das obras, segundo o Ministério do Planejamento, era *Outros* (57,3%), ou seja, não identificaram adequadamente os motivos.

Na análise feita pelo SENAI e CBIC (2018) em uma amostra de 1.000 das 4.669 obras paralisadas do PAC, a maioria estava na região Nordeste (39,8%) e Sudeste (24,3%). A região Sudeste (35,2%) e Nordeste (23,3%) eram as regiões com maior valor investido, conforme gráfico 7.

**Gráfico 7 – Obras paralisadas por região do PAC**



Fonte: SENAI; CBIC (2018).

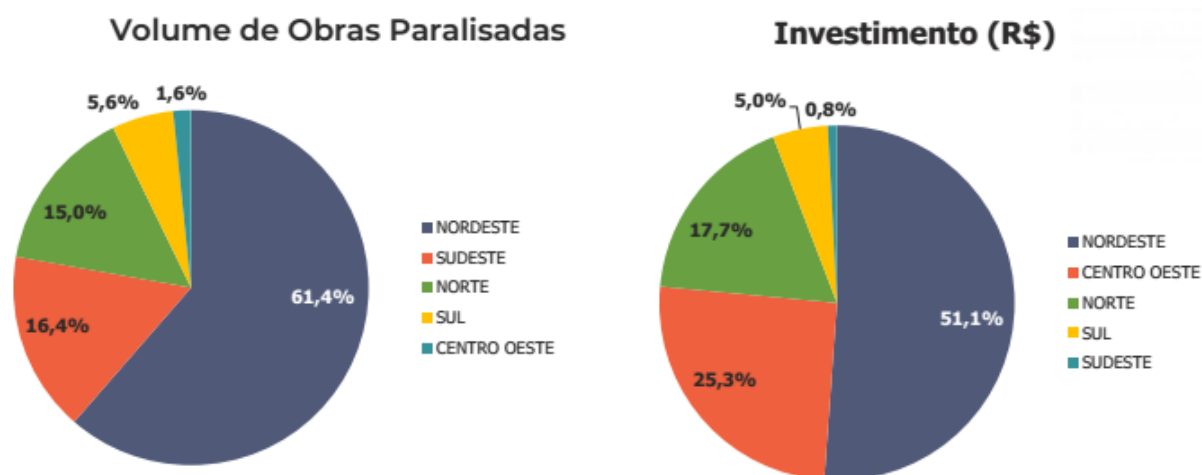
Um terço das obras (33,4%) possuía valor de investimento superior a R\$ 15 milhões. Quanto ao andamento, houve uma variação entre 13 e 20%. As obras que tinham mais de 51% de conclusão de sua execução representavam 45,6%.

Na análise amostral, a maior parte das obras paralisadas era de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Regional (antigo Ministério das Cidades – MCIDADES) (71,6%) e do MEC (20,3%), totalizando 91,3%. Quanto ao tipo de obra, 29,8% das obras paralisadas eram de urbanização de assentamentos precários e 22,4% de Saneamento.

As três maiores justificativas para a paralisação das obras foram: “pendência de engenharia” (40,6%), “pendência operacional” (22,0%) e “pendência de licitação” (15,4%). Agregando as pendências, independentemente de sua origem, as principais justificativas foram: documentação (27,4%), Boletim de Medição (14,8%), reprogramação (13,8%) e licitação (10,4%).

O estudo também faz uma análise de 500 obras paralisadas de responsabilidade do Ministério da Saúde. Mais da metade dessas obras estava na região Nordeste, quer seja por quantidade (61,4%), quer seja por valor investido (51,1%). A maioria (84,8%) possuía investimento de até R\$ 500 mil. Portanto, baixo valor. Quanto ao andamento da obra, mais da metade (53,0%) estavam com mais de 70% de execução concluída. O principal motivo de paralisação foi *Outros* (91,6%).

**Gráfico 8 – Obras paralisadas por região do Ministério da Saúde**



Fonte: SENAI; CBIC (2018)

Assim, a retomada dessas obras permitiria a movimentação imediata da economia, gerando empregos nas pequenas e médias construtoras. No mais, há diversas obras de assentamentos precários, que possuem impactos sociais profundos.

Uma forma de melhorar os indicadores da construção civil brasileira é por meio da retomada das obras públicas. Nesse contexto, Frischtak (2018) buscou determinar o impacto econômico do não cumprimento dos cronogramas dos projetos, bem como o excesso de gastos associados na execução de obras públicas, estimando as perdas associadas. Segundo o autor, o Brasil acumula um aumento do número de obras paralisadas no setor de infraestrutura. Essas paralisações são decorrentes de dois fatores principais: insuficiência de recursos públicos advinda, principalmente, do alto déficit fiscal da administração pública e da atuação dos órgãos de Fiscalização e Controle, que priorizam os aspectos de *legalidade operacional* sem pesar a eficiência e as consequências de suas determinações.

Como os dados que permitem dimensionar o grau do problema sobre a paralisação de obras públicas são escassos, o impacto do não cumprimento dos cronogramas sobre o bem-estar da

população, a competitividade do país e as contas públicas é calculado de forma indireta ou baseando-se em estudos de caso. Para isso, o autor adota três fontes de dados:

- a. Dados disponibilizados por duas comissões do Congresso (a Comissão Externa da Câmara dos Deputados - Cexobras e a Comissão Especial do Senado Federal de Obras Inacabadas - CEOI), buscando apurar interrupção de obras financiadas com recursos do Orçamento Geral da União - OGU;
- b. Informações do Ministério da Saúde e do Ministério das Cidades sobre obras de gestão desses órgãos que se encontravam paralisadas;
- c. Informações do programa *Agora é Avançar* do governo federal, que buscava retomar mais de 7 mil obras paralisadas e entregá-las até o fim de 2018.

Diante da dificuldade de medir com exatidão os valores totais das obras paralisadas no país por conta da escassez de dados, o autor adotou três valores para dimensionar o problema: um valor inferior, um valor superior e um valor considerado como *melhor estimativa* (o valor mais provável). Esse valor, conforme pontua o autor, é subestimado, pois não considera todas obras públicas dos estados e municípios devido à escassez de informações, que nesses entes é ainda mais acentuada.

Como **limite inferior** foi adotado os valores das duas comissões do Congresso referentes às obras paralisadas sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e dos valores informados pelos Ministérios da Saúde e das Cidades, totalizando R\$ 39,5 bilhões. Para **melhor estimativa**, adotou-se o orçamento de interesse do programa *Agora é Avançar* (ou seja, desconsidera-se obras de defesa, e de petróleo e gás, pois não são classificadas como de infraestrutura), R\$ 76,7 bilhões. Por último, estimou-se o **limite superior** somando o valor da melhor estimativa, R\$ 76,7 bilhões, com o valor estimado das obras paralisadas dos estados e municípios, R\$ 67 bilhões, totalizando R\$ 143,7 bilhões.

Com base nesses valores, analisou-se o impacto das paralisações de obras na economia por meio de duas perspectivas: da demanda agregada, considerando um tempo de curto e médio prazo; e da oferta, em prazo mais longo.

Com relação ao efeito das paralisações sobre a demanda agregada, a paralisação de uma obra tem dois impactos: um direto e outro indireto. O **impacto direto** recai sobre todos trabalhadores envolvidos no projeto, na empresa contratada, na cadeia de subcontratados e nos fornecedores de bens e serviços, e sobre o Estado, no que diz respeito à tributação e outros pagamentos aos entes federais. O **impacto indireto** recai sobre todos os setores da economia, à medida que as rendas dessas empresas e pessoas se convertem em outros gastos, e assim sucessivamente.

Assim, considerando a *melhor estimativa* (R\$ 76,7 bilhões) o impacto direto estimado é de 1,2% do PIB e o impacto indireto é de 0,6% do PIB, resultando em um impacto total de 1,8% do PIB. Isto é, as obras paralisadas, estimadas em R\$ 76,7 bilhões, se retomadas e até mesmo completadas, expandiriam a economia brasileira em 1,8% do PIB, cerca de R\$ 115,1 bilhões ao produto e à renda, na perspectiva da demanda agregada.

Quanto ao efeito das paralisações sobre a oferta, possivelmente, esse impacto é o que mais gera custo, pois os serviços associados aos investimentos não podem ser ofertados por estarem incompletos. Assim, quanto maior o atraso da obra, maiores serão os custos diretos e indiretos. Ou seja, “o produto potencial da economia é ampliado por obras de infraestrutura – e restringido por suas paralisações” (FRISCHTAK, 2018, p. 36). Tendo por base uma elasticidade de 0,2 e investimentos em infraestrutura no valor da *melhor estimativa*, esses representam 1,17% do PIB e elevam o estoque de infraestrutura no país em 3,23%. Decorrendo em impacto de 0,65% no PIB potencial de longo prazo, o equivalente a R\$ 42,4 bilhões ao ano.

Como exemplo, caso todas as obras paralisadas no país fossem concluídas em 2018, o PIB brasileiro poderia ter aumentado 1,8% decorrendo dos efeitos diretos e indiretos dos investimentos da demanda agregada. Além do mais, o efeito de longo prazo advindo da conclusão dessas obras sobre o estoque de capital em infraestrutura aumentaria as condições nos anos posteriores, elevando o PIB potencial em aproximadamente 0,65%.

Além desses valores agregados, o autor analisa três estudos de caso sobre os impactos das paralisações, são eles: a) logística de transporte na saída norte; b) custos associados à falta de saneamento básico, e; c) impactos das creches paralisadas na renda das famílias e no seu bem-estar.

No caso da logística de transporte, estimou-se que se as obras nos corredores viários da chamada saída Norte fossem concluídas e tivessem plena operação, os produtores de grãos do Centro-Oeste teriam uma redução no custo do frete voltado à exportação de US\$ 765 milhões por ano.

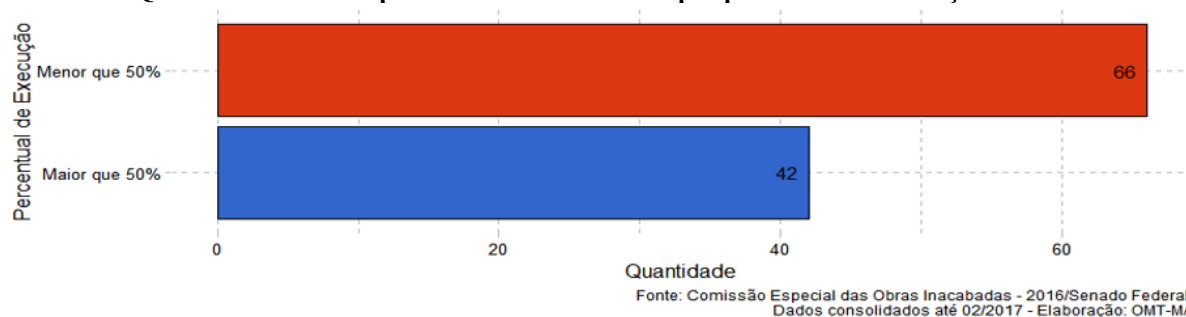
O segundo estudo de caso retrata os custos associados à falta de saneamento básico. A estimativa feita é que os valores associados às obras paralisadas de saneamento são de R\$ 10,51 bilhões para obras não iniciadas e de R\$ 7,15 bilhões para obras paralisadas.

O último estudo de caso aborda os impactos das creches paralisadas na renda das famílias e no seu bem-estar. Considerando como melhor estimativa o valor das paralisações em obras de creches de três mil obras, chega-se ao valor R\$ 424 milhões de renda dos responsáveis (principalmente das mães) das crianças prejudicadas e retiravam R\$ 273 milhões por ano em benefícios futuros pelo investimento realizado na primeira infância.

### 1.3 Obras Paralisadas no estado do Maranhão

Analisando os dados da Comissão Especial do Senado Federal de Obras Inacabadas - CEOI (CEOI) relativos ao Maranhão, constatou-se que havia 108 obras paralisadas no estado em 2016<sup>2</sup>, com valores variando entre R\$ 500 mil e R\$ 8,1 milhões. Do total, 66 obras foram paralisadas com menos de 50% de execução e 42 obras com mais de 50% de conclusão.

**Gráfico 9 – Quantidade de obras paralisadas no Maranhão por percentual de execução**

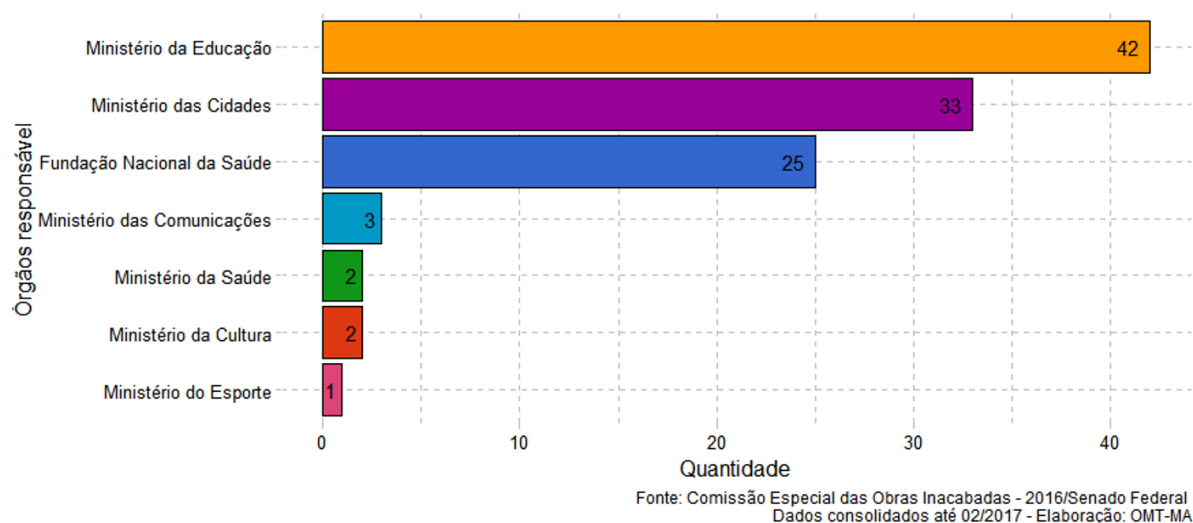


Das obras maranhenses interrompidas, cerca de 75% são de responsabilidade de três órgãos: Ministério da Educação, o antigo Ministério das Cidades e Fundação Nacional da Saúde. O primeiro órgão tem como responsabilidade 42 obras paralisadas; o segundo, 33 obras; e o terceiro, 25 obras.

---

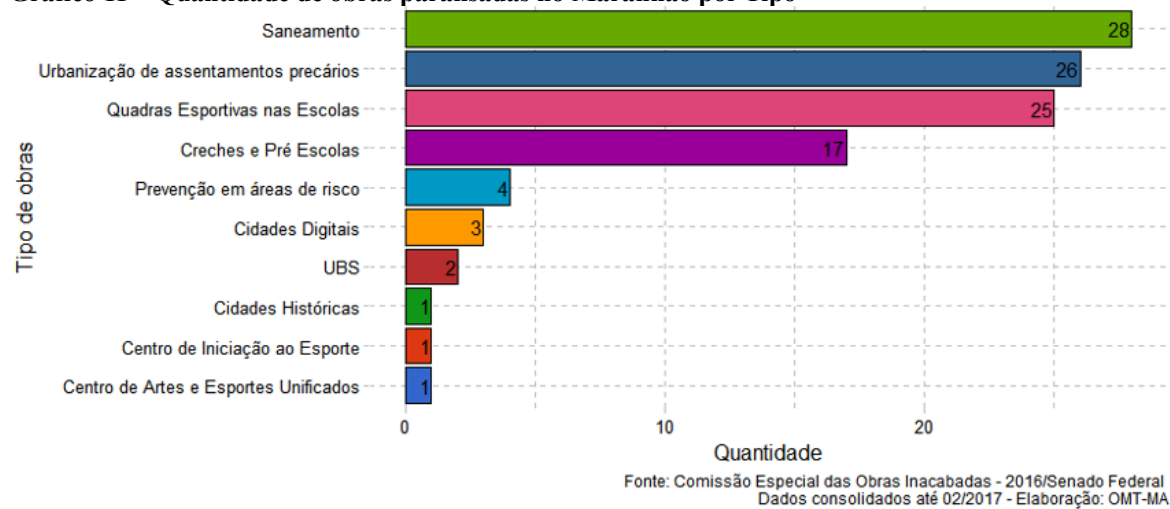
<sup>2</sup> Não se trata, portanto, de uma lista exaustiva da paralisação de obras no setor da Construção Civil, mas já suficiente para apresentar a dimensão da crise que assolou o setor também no Maranhão.

**Gráfico 10 – Quantidade de obras paralisadas no Maranhão por Órgão**



Quase 90% das obras são classificadas como de saneamento (28 obras), urbanização de assentamentos precários (26 obras), quadras esportivas nas escolas (25 obras) e creches e pré-escolas (17 obras).

**Gráfico 11 – Quantidade de obras paralisadas no Maranhão por Tipo**



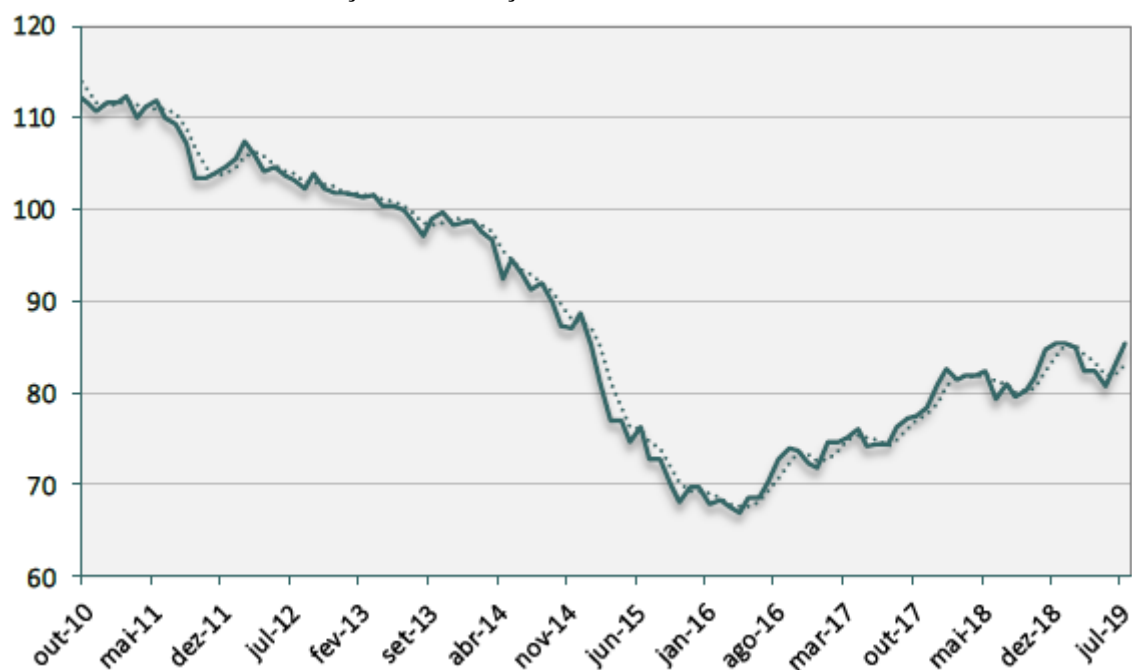
O impacto da paralisação dessas obras sobre a ocupação foi grave, como será analisado nas próximas seções.

### 1.1. Tendências da construção civil para 2019

Segundo Boletim elaborado pelo SEBRAE no início de 2019, o mercado imobiliário ingressou o ano demonstrando otimismo. Conforme o Boletim, a construção civil brasileira estaria saindo da fase de recessão e iniciando a fase de recuperação (as fases do ciclo normal do setor são: expansão, excesso, recessão e recuperação).

Dados mais recentes apontam que a expectativa para esse setor no segundo semestre de 2019 é de confiança. Um dos indicadores que apontam isso é o Índice de Confiança da Construção-ICTS do IBRE-FGV. Em julho, esse indicador subiu pelo segundo mês consecutivo (aumento de 2,1 pontos em junho e de 2,6 pontos em julho em relação ao mês anterior), atingindo 85,4 pontos, mesmo valor alcançado em dezembro de 2018, conforme o gráfico 12.

**Gráfico 12 – Índice de Confiança da Construção**



Fonte: FGV IBRE.

Segundo Castelo (apud FGV IBRE, 2019), o segundo semestre de 2019 iniciou com aumento da confiança, o que reflete melhora no ambiente de negócios e expectativas de curto prazo mais favoráveis. Segundo ela, o andamento da reforma da Previdência e a retomada do programa *Minha casa, minha vida* contribuiriam para a melhora desse quadro. No entanto, se a aplicação de uma política para aquecer a economia por meio do consumo comprometer o financiamento habitacional, então não haverá sustentação da melhora a médio e longo prazo, conclui a Coordenadora de Projetos da Construção da FGV IBRE (2019).



A CNI (2019) aponta um quadro para 2019 ainda difícil para o setor da construção, embora com uma expectativa de melhora. Segundo boletim elaborado por essas entidades, a atividade do setor ainda segue muito abaixo da capacidade instalada. Por outro lado, os índices crescem desde fevereiro, atenuando as projeções traçadas no início do ano para o setor.

Os indicadores que apontam que a atividade ainda segue muito abaixo do ano passado são o índice de utilização da capacidade de operação (UCO) e o índice de nível de atividade efetiva em relação ao usual. Em junho, o UCO aumentou 1 ponto percentual (p.p.) em relação ao mês anterior. Porém, comparando com o mesmo mês de 2018, a UCO caiu 2 p.p. Se comparada com a média histórica, o valor é 5 p.p. inferior a essa. O outro indicador que aponta esse quadro é o de atividade efetiva em relação ao usual. Mesmo esse indicador aumentando 2,1 p.p. e aumentando 0,7 p.p. na comparação com o junho de 2018, o seu valor (36,3 pontos) ainda se encontra muito distante dos 50 pontos (valor que indica nível de atividade usual), reforçando que o setor segue com atividade ainda abaixo do normal, conforme gráfico 13.

**Gráfico 13 - Nível de atividade efetivo em relação ao usual**



Fonte: CNI (2019)

**Nota:** Índice de difusão, variando de 0 a 100 pontos. Quanto menor o índice, menor o investimento.

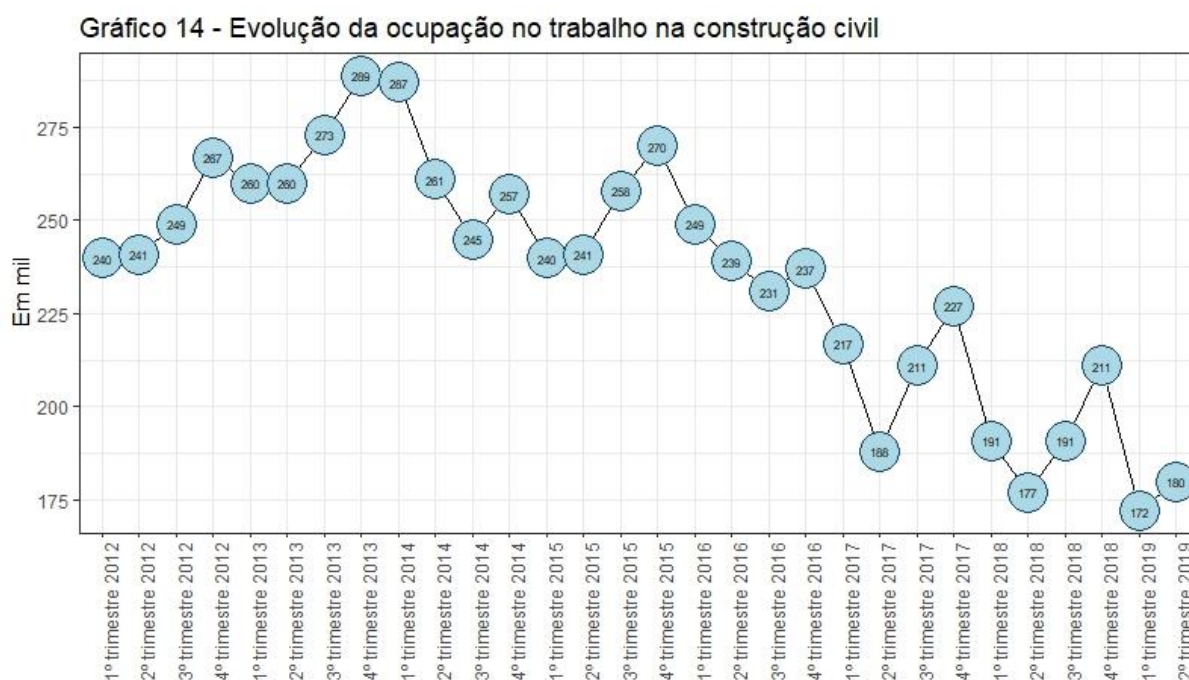
Por outro lado, os índices ligados à atividade apontam uma possível melhora no segundo semestre de 2019, mesmo com esses indicadores ainda abaixo do usual. O índice de evolução do nível de atividade atingiu 48,2 pontos em junho, aumento de 1,3 pontos em relação ao mês

anterior. Mesmo que esse índice permaneça abaixo dos 50 pontos, ele aumentou pelo quinto mês consecutivo, acumulando aumento de 4,2 no período. Corroborando com a ideia de um cenário bem mais benigno que o previsto no início do ano, o índice de evolução do número de empregados também aumentou pelo quinto mês consecutivo em junho, atingindo 47,2 pontos, aumento de 2,2 pontos em relação a maio do mesmo ano.

Segundo as empresas de construção, os cinco principais problemas enfrentados pelo setor no segundo semestre de 2019, conforme o número de citações, são: elevada carga tributária (37,9%), demanda interna insuficiente (37,3%), falta de capital de giro (28,8%), inadimplência dos clientes (25,6%) e excesso de burocracia (24,2%). Desses, os que sofreram o maior aumento, em relação ao trimestre anterior, foram: demanda interna insuficiente (aumento de 2,10 p.p.) e falta de capital de giro (aumento de 2,60 p.p.).

## 2. Caracterização do emprego na construção civil no Maranhão

A evolução da população ocupada na Construção Civil no Maranhão teve um forte declínio a partir de 2014, seja no setor formal ou informal, como se observa no gráfico 14.



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: OMT-MA.

Em valores absolutos, é possível analisar que o quadro de trabalhadores formais do setor da Construção Civil foi de enfraquecimento contínuo e decaiu em média 4.610 postos de trabalho por ano entre 2012 e 2017. Ao analisar a distribuição dos ocupados por Grandes Setores do IBGE, nota-se que, entre 2012 e 2015, a Construção Civil era o terceiro setor com maior volume de ocupados no estado do Maranhão. No entanto, no ano de 2016 esse setor foi superado pela Indústria em 1,2 p.p., permanecendo no ano seguinte à frente somente do setor da Agropecuária. Em média, o setor de Construção Civil decaiu 0,7 p.p. por ano e entre 2015 e 2016 marcou o maior decréscimo, passando de 6,9% para 5,3%. Durante o período pesquisado esse foi o setor que obteve a maior retração no volume de trabalhadores, 3,5 p.p., o que representa uma queda de 41%.

**Tabela 1 - Distribuição dos trabalhadores por Grandes Setores do IBGE: 2012-2017 (%)**

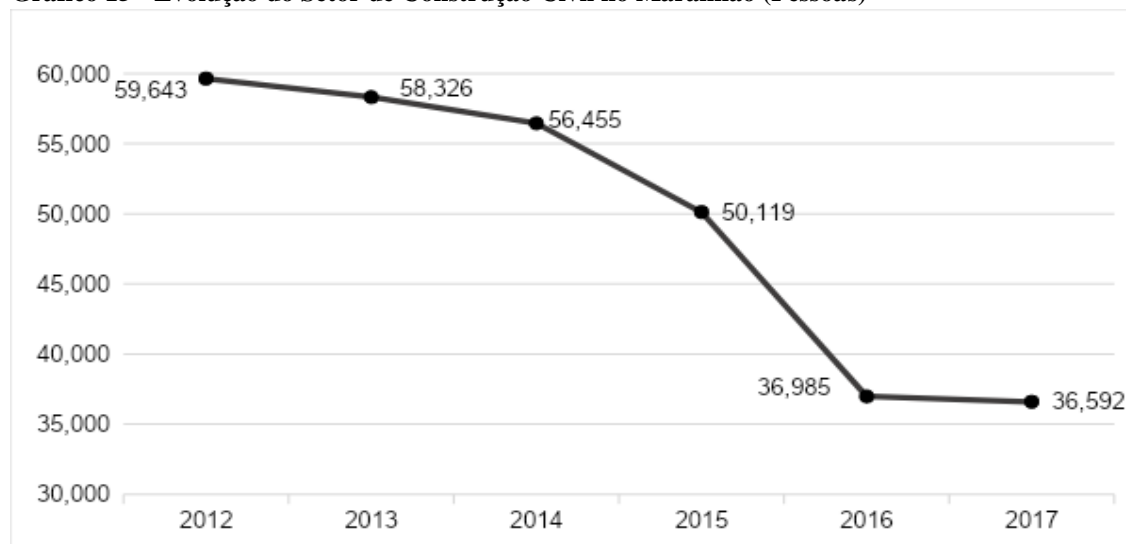
Grande Setores	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Serviços	62,1	62,4	62,6	62,9	64,3	65,6
Comércio	19,6	19,8	20,5	21	21,3	20,5
Construção Civil	8,6	8,1	7,6	6,9	5,3	5,1
Indústria	6,9	7,1	6,7	6,7	6,5	6,1
Agropecuária	2,8	2,6	2,6	2,4	2,6	2,7

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

Elaboração: OMT-MA

Entre os anos de 2015 e 2016, o setor apresentou o maior decréscimo: de 50.119 ocupados em 2015 passando para 36.985 no ano seguinte, o que equivale a 4.610 postos de trabalhos fechados. O número ainda teve um leve declínio em 2017, com 36.592 ocupados. Entre 2014 e 2017, portanto, foram destruídos 19.863 postos de trabalho no Maranhão só na Construção Civil.

**Gráfico 15 - Evolução do Setor de Construção Civil no Maranhão (Pessoas)**



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)  
Elaboração: OMT-MA

Ao fazer o recorte de subclasses CNAE 2.0, pode-se analisar que o setor possui 3 principais subdivisões: *Construção e Incorporação de Edifícios*, *Serviços Especializados para Construção* e o de *Obras de Infraestrutura*. A primeira subclasse possui maior volume de ocupados, em média emprega cerca de 57,1% de todo o setor e inclusive foi a única subclasse a apresentar crescimento no ano de 2017, embora tenha traçado uma evolução negativa durante o período pesquisado. A segunda e a terceira subclasses performaram evolução positiva até o ano de 2016, e ainda assim, entre 2012 e 2017, marcaram crescimento de 3,1 p.p. e 3,3 p.p., respectivamente.

**Tabela 2 - Distribuição dos ocupados, no setor da Construção Civil, segundo divisão do CNAE 2.0 (%)**

Subdivisão do setor (CNAE 2.0)	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Construção e Incorporação de Edifícios	61,3	62,9	61,7	52,6	49,5	54,9
Serviços Especializados para Construção	27,1	27,9	26,4	29	32,3	30,2
Obras de Infraestrutura	11,6	9,2	12	18,4	18,1	14,9

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)  
Elaboração: OMT-MA

Ao observar na Tabela 3 os valores absolutos dos ocupados no setor de Construção Civil no Maranhão pelo recorte de vínculo de trabalho, os contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) são predominantes.

Nota-se que os Contratados a Prazo Determinado marcaram uma trajetória positiva: passando de 888 em 2012 para 1.105 no ano de 2017. Bem como os contratados por Regime Estatutário, que passaram de 93 em 2012 para 209 em 2017.

O número de Aprendizizes permaneceu estável durante o período e apresentou uma leve queda em 2017.

**Tabela 3 - Distribuição dos Trabalhadores do setor de Construção Civil no Maranhão segundo o Tipo de Vínculo (Pessoas)**

Tipos de vínculo	2012	2013	2014	2015	2016	2017
CLT	58.369	57.069	55.069	48.654	35.499	35.027
Contratação a Prazo Determinado	888	892	821	966	1.059	1.105
Aprendiz	262	164	280	272	236	236
Estatutário	93	175	265	211	170	209

Diretor	27	25	14	12	18	12
Temporário	1	0	4	2	0	3
Avulso	2	0	1	1	2	0
Contratação por Lei Municipal	1	1	1	1	1	0

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

Elaboração: OMT-MA

Analisando o tempo de permanência dos trabalhadores na ocupação para a qual foram contratados, nota-se que a parcela dos que trabalharam por *até 11,9 meses* é predominante no período de 2012-2017. Entre 2013 e 2014 houve diminuição de 7 p.p. nos que permaneceram ocupados *até 2,9 meses* e aumento de aproximadamente 4 p.p. dos ocupados que trabalharam *de 12 a 23,9 meses*. A partir de 2014, a parcela dos que permaneceram *de 6 a 11,9 meses* predominou.

Traçando uma rota contrária, o valor relativo de trabalhadores que permanecem por pelo menos 3 anos no emprego tendeu a subir durante os anos observados: os que permaneceram *de 36 a 59,9 meses* no emprego eram 5,2% em 2012 e no ano de 2017 eram 9,2% dos trabalhadores.

**Tabela 4 - Distribuição dos trabalhadores do setor de Construção Civil segundo faixa de tempo no emprego (%)**

Faixa de tempo no emprego	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Até 2,9 meses	22,4	23,8	16,7	16,3	16,3	19,3
3,0 a 5,9 meses	20,1	22,5	21,8	22,1	15,6	18,2
6,0 a 11,9 meses	21,5	21,9	24,2	24	19,3	21,1
12,0 a 23,9 meses	18,3	15,4	19,3	17,5	21,4	15,3
24,0 a 35,9 meses	8,7	6,3	6,9	8,3	10,2	8,2
36,0 a 59,9 meses	5,2	5,7	6,3	6	8,8	9,2
60,0 a 119,9 meses	3,1	3,6	3,9	4,8	7	6,7
120,0 meses ou mais	0,9	0,9	0,9	1	1,2	2

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

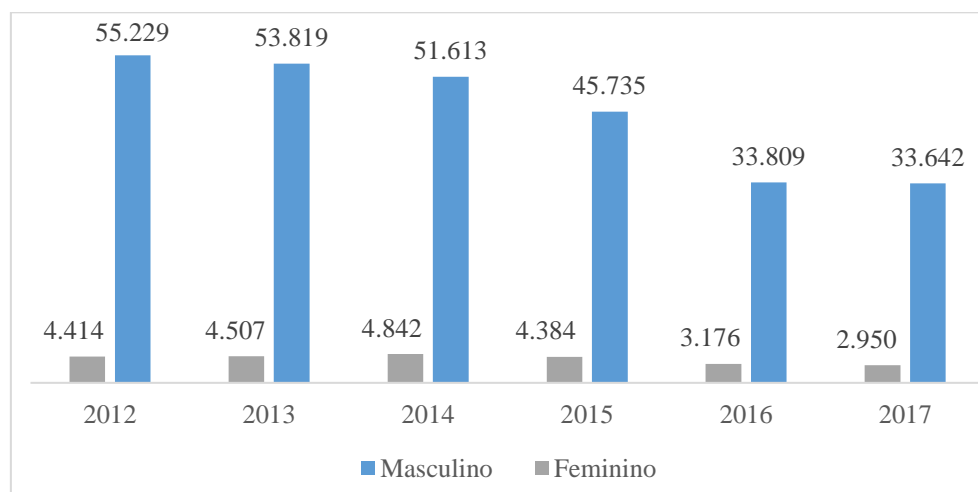
Elaboração: OMT-MA

### 3. Perfil dos Trabalhadores da Construção Civil no Estado do Maranhão

O estoque de trabalhadores formais na Construção Civil no Maranhão em 2017 era de 36.592 pessoas, destes 33.642 homens e 2.950 mulheres, de acordo com os dados da RAIS. Observa-se, por tanto, que o mercado do setor é majoritariamente masculino e que passou por um decréscimo de 64% de postos de trabalho para eles, para elas a redução é de 49%.

A participação das mulheres passou de 7,4% em 2012 para 8,06% em 2017, já o sexo masculino representava 92,60% no primeiro ano analisado e para o último ano, 91,94%. A proporção do setor é de 8 mulheres para cada 100 homens.

**Gráfico 16 – Trabalhadores da Construção Civil por Sexo - 2012-2017 (mil)**



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

Elaboração: OMT-MA

A nacionalidade<sup>3</sup> dos(as) trabalhadores da construção civil é de maioria brasileira, estes são equivalentes a 99% em todos os anos investigados. Em 2017 os forâneos foram sete pessoas, destas, 57% são *portugueses*; *argentinos* são 28,58% e 14,29 são de outras nacionalidades. Para 2016, a nacionalidade *portuguesa* é 80%, seguida de *espanhola* e *outros*, que tem a mesma quantidade, 6,46%, seguidos de *boliviana* e da *naturalidade brasileira* que tem 3,23%.

O ano de 2015 é o que registra o maior número de estrangeiros admitidos, portugueses são 70,58%; haitianos e belgas são 11,76%; espanhóis 3,92%; *outros* juntamente de *boliviana*, *naturalidade brasileira* e *outros africanos* 1,96%.

**Tabela 6 – Trabalhadores por 11 Nacionalidades e por Ano (2012-2017)**

<sup>3</sup> A tabela de nacionalidade por ano e nacionalidade por escolaridade encontram-se no anexo

<b>Nacionalidades</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Portuguesa	4	4	8	36	25	4
Argentina	1	0	0	0	0	2
Haitiano	0	1	5	6	0	0
Chilena	6	5	0	0	0	0
Belga	3	2	2	3	0	0
Espanhola	3	1	2	2	2	0
Boliviana	1	1	0	1	1	0
Naturalidade Brasileira	1	0	1	1	1	0
Italiana	0	3	0	0	0	0
Outros Africanos	0	1	2	1	0	0
Outros	2	2	1	1	2	1
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>20</b>	<b>21</b>	<b>51</b>	<b>31</b>	<b>7</b>

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

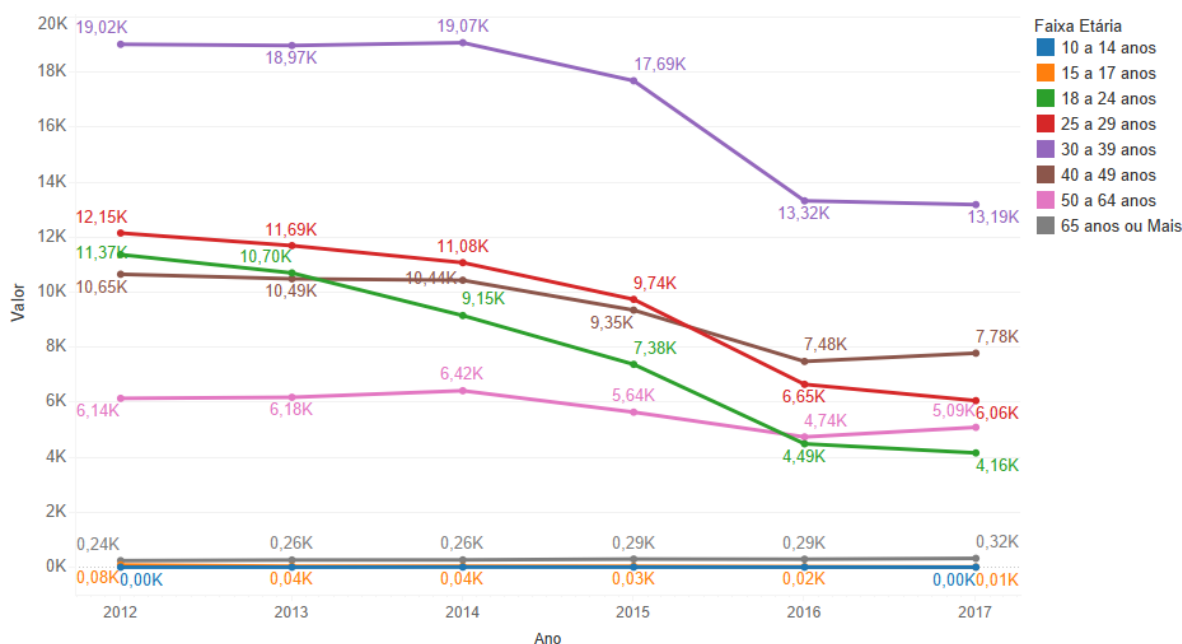
Elaboração: OMT-MA

A faixa etária *10 a 14 anos* começa com nenhuma participação em 2012, tem seu maior número em 2014 (quatro pessoas) e volta a zero em 2017. A queda na seção de *15 a 17 anos* entre 2012 e 2017, que passa de setenta e oito para seis, o último é 13 vezes menor. Os jovens adultos de *18 a 24 anos* saíram de 11.368 em 2012 para 4.155 em 2017, queda de 63,45%.

Os adultos com *25 a 29 anos* no setor da construção civil maranhense eram 12.152 em 2012 e diminuíram para 6.056 em 2017, redução de 50,16%. *30 a 39 anos* é por contraste o maior intervalo etático em os anos em análise, representando treze mil, cento e oitenta e seis trabalhadores (13.186), redução de 30,66% em relação a 2012, ou seja, cinco mil, oitocentos e trinta (5.830) postos de trabalho a menos.

*40 a 49 anos* caiu de dois mil, oitocentos e setenta (2.870) indivíduos, entre os anos selecionados (26,94%). Entre *50 a 64 anos* há uma redução em postos de trabalho de mil e cinquenta e três (1.053), ou seja, de 17,15%. Por fim, *65 ou mais* é a única faixa etária que cresceu nos 5 anos analisados com 83 admitidos, um aumento de 35,02% em 2017 em relação a 2012.

**Gráfico 17 - Faixa Etária e Ano**



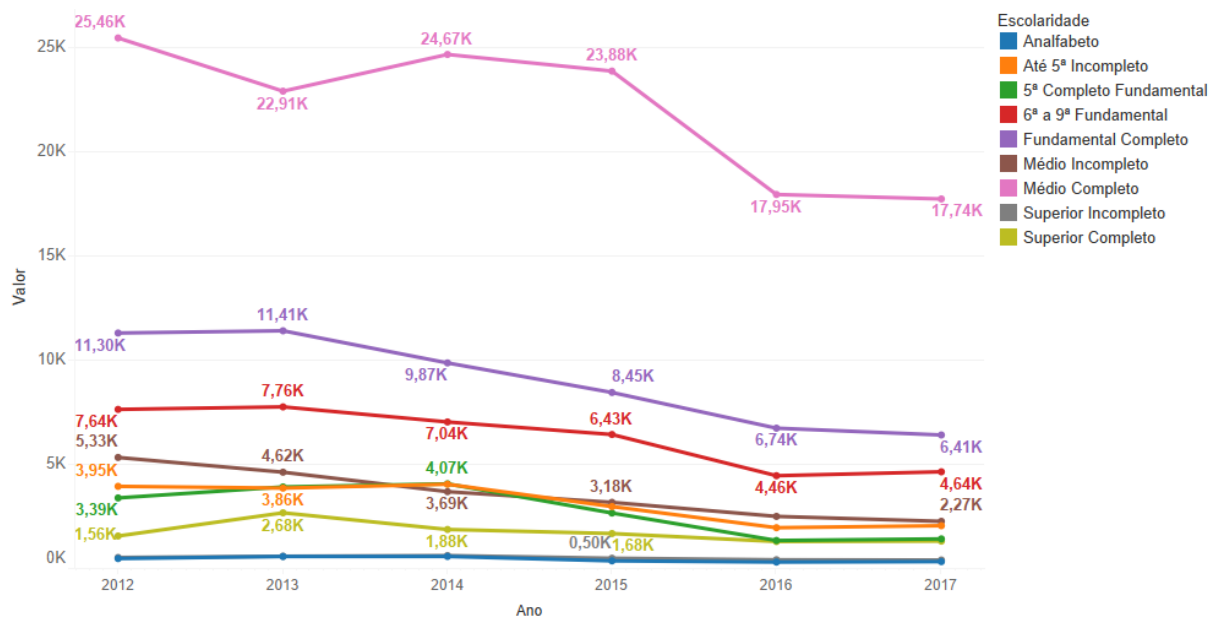
Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)  
Elaboração: OMT-MA

Quanto a escolaridade dos trabalhadores na construção civil, os *analfabetos* representavam, em 2017, 0,91% do total, tem ápice em 2014 com quinhentos e oitenta e um postos de trabalhos ocupados (581). *5ª Completo Fundamental* é equivalente a 5,62% em 2017; com dezesseis mil, oitocentos e seis (16.806) vagas de emprego, o ano de 2014 é o mais representativo com quatro mil e sessenta e cinco (4.065) e o menor em 2016 com mil, trezentos e quarenta e sete (1.347), também foi a classe com a maior redução no período, 58,01%.

*Fundamental Completo* é a segunda maior escolaridade, em 2017, com seis mil, quatrocentos e dez (6.410) postos ou 17,52%; em 2013 com onze mil, quatrocentos e onze (11.411) o ponto máximo é 2017 a menor com seis mil, quatrocentos e dez (6.410). A porção mais representativa trata-se dos que possuem ensino *Médio Completo*, que em 2017 representava dezessete mil, setecentos e trinta e oito (17.738), 48,48%; tem ápice em 2012 e seu menor número em 2017. Os que possuem *Superior Completo* são 3,59%, atingiram o auge em 2013 e dois mil, seiscentos e setenta e cinco (2.675) e as menores admissões no ano de 2016, mil, duzentos e noventa e sete (1.297), no entanto, foi a faixa de escolaridade com a menor redução no período, 15,81%.

**Gráfico 18 – Evolução da Escolaridade dos trabalhadores da Construção Civil**





Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)  
Elaboração: OMT-MA

Servente de Obras representa 23,34% do total dentro do Setor, que possui 1.008 ocupações diferentes documentadas. Seguido de Pedreiro com 12,02% que é 1,9 vezes menor que a primeira. As dez ocupações com menor contratação todas com uma única pessoa admitida em cada uma são: *Trabalhador Da Exploração De Raízes, Forneiro Na Fundição De Vidro; Moldador De Abrasivos Na Fabricação De Cerâmica, Vidro E Porcelana; Costureiro Na Confeção Em Serie, Operador De Atomizador, Engenheiro Químico, Operador De Prensa De Moldar Vidro, Classificador E Empilhador De Tijolos Refratários, Engenheiro De Materiais e Bobinado Eletricista, À Mao.*

**Tabela 7 – 10 maiores ocupações (2012-2017)**

Ano	Ocupação	Valor	Ano	Ocupação	Valor
2012	Servente De Obras	15.106	2015	Servente De Obras	9.952
	Pedreiro	7.406		Pedreiro	5.293
	Carpinteiro	2.083		Motorista De Caminhão	2.198
	Motorista De Caminhão	1.670		Eletricista De Instalações	1.418
	Auxiliar De Escritório	1.581		Vigia	1.358
	Mestre (Construção Civil)	1.441		Auxiliar De Escritório	1.226
	Eletricista De Instalações	1.414		Leiturista	1.183
	Vigia	1.198		Mestre (Construção Civil)	1.140
	Técnico Em Segurança No Trabalho	831		Carpinteiro	1.028
	Assistente Administrativo	801		Assistente Administrativo	1.013
2013	Servente De Obras	15.603	2016	Servente De Obras	7.176
	Pedreiro	7.586		Pedreiro	4.270
	Carpinteiro	1.767		Eletricista De Instalações	1.567
	Eletricista De Instalações	1.679		Motorista De Caminhão	1.210

2014	Motorista De Caminhão	1.567	2017	Vigia	1.203
	Auxiliar De Escritório	1.562		Eletricista De Manutenção De Linhas Elétricas	1.140
	Vigia	1.525		Auxiliar De Escritório	967
	Mestre (Construção Civil)	1.216		Eletricista De Manutenção Eletroeletrônica	804
	Assistente Administrativo	861		Mestre (Construção Civil)	794
	Eletricista De Manutenção De Linhas Elétricas	752		Assistente Administrativo	720
	Servente De Obras	13.836		Servente De Obras	7.909
	Pedreiro	6.870		Pedreiro	4.418
	Vigia	1.677		Eletricista De Instalações	1.671
	Motorista De Caminhão	1.630		Vigia	1.071
	Eletricista De Instalações	1.467		Motorista De Caminhão	1.047
	Auxiliar De Escritório	1.448		Auxiliar De Escritório	825
	Carpinteiro	1.426		Carpinteiro	792
	Mestre (Construção Civil)	1.325		Mestre (Construção Civil)	741
	Assistente Administrativo	975		Assistente Administrativo	721
	Eletricista De Manutenção Eletroeletrônica	825		Eletricista De Manutenção Eletroeletrônica	641

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

Elaboração: OMT-MA

De acordo com a tabela 8, ganhando entre *1,01 a 1,50 salário mínimos* temos maioria dos trabalhadores; trata-se de 36,55% do estoque anual, essa faixa salarial é a maior para todos os anos selecionados. A menor porção é de *até 0,50 salários* (0,24%), que tem oitenta e um (81) trabalhadores em 2012, atinge seu ápice em 2014, com cento e setenta e sete (177), e reduz para sessenta e oito postos de trabalho (68) em 2017. O segundo colocado em número de trabalhadores é *1,51 a 2,00 salários mínimos*, resultando 10.183 em 2017, ou seja, 28,90%. As faixas de *1,01 a 1,50* e *1,51 a 2,00* apresentam a tendência de se equiparar numericamente com o exacerbamento da crise econômica.

**Tabela 8 – Faixa Salarial e Ano (2012-2017)**

Faixa Salarial	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Até 0,50	81	109	177	157	115	68
0,51 a 1,00	3.107	3.640	2.620	1.976	1.392	1.338
1,01 a 1,50	20.166	24.150	20.386	18.092	13.154	13.036
1,51 a 2,00	15.115	13.115	13.541	10.361	9.372	10.183
2,01 a 3,00	11.456	9.321	11.299	10.636	7.436	7.185
3,01 a 4,00	3.610	3.003	3.150	2.977	1.812	1.597
4,01 a 5,00	1.609	1.432	1.400	1.325	784	702
5,01 a 7,00	1.666	1.345	1.338	1.318	830	553
7,01 a 10,00	1.147	783	768	759	394	362
10,01 a 15,00	666	394	454	466	161	137
15,01 a 20,00	217	137	171	117	56	54

Mais de 20,00	208	134	148	148	47	26
<b>Total</b>	<b>59.048</b>	<b>57.563</b>	<b>55.452</b>	<b>48.332</b>	<b>35.553</b>	<b>35.241</b>

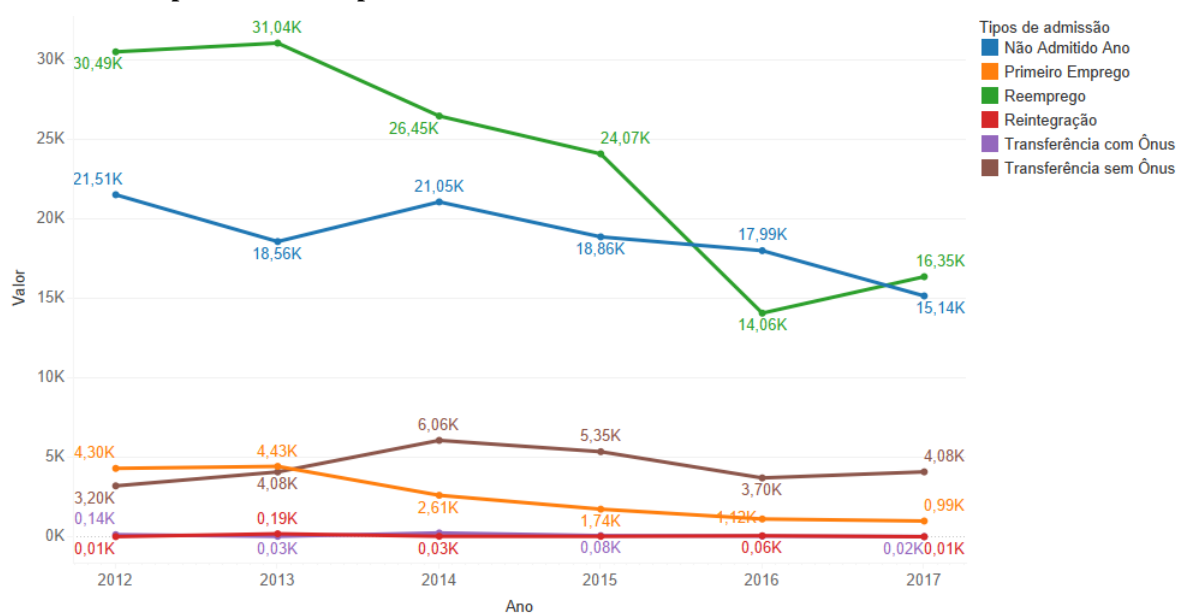
Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

Elaboração: OMT-MA

Os trabalhadores admitidos por *Reintegração* são 0,18%. Esses iniciam-se com doze (12) no primeiro ano, passam para o ápice da seção em 2013, com cento e noventa e uma (191) pessoas e caem progressivamente até 2017 registrando sete (7) registros. O *Reemprego* é a mais representativa, no ano inicial com trinta mil, quatrocentos e oitenta e sete (30.487) e, em 2017, com dezesseis mil, trezentos, cinquenta e dois (16.352), redução de 46,36%.

No *Primeiro Emprego* havia quinze mil, cento e noventa e um (15.191), o ano com maior admissão de novos trabalhadores foi 2013, com quatro mil, trezentos e vinte e nove (4.329), o de maior redução é 2017. *Transferência sem Ônus* concentra 14,31%, ou, vinte e seis mil, quatrocentos e setenta e nove (26.479), tem maior ano em 2014, seguindo de queda em 2016 e volta a crescer em 2017, saindo de três mil, setecentos e um (3.701) para quatro mil e oitenta e três (4.083) nos dois últimos anos, respectivamente.

**Gráfico 19 - Tipo de Admissão por Ano**

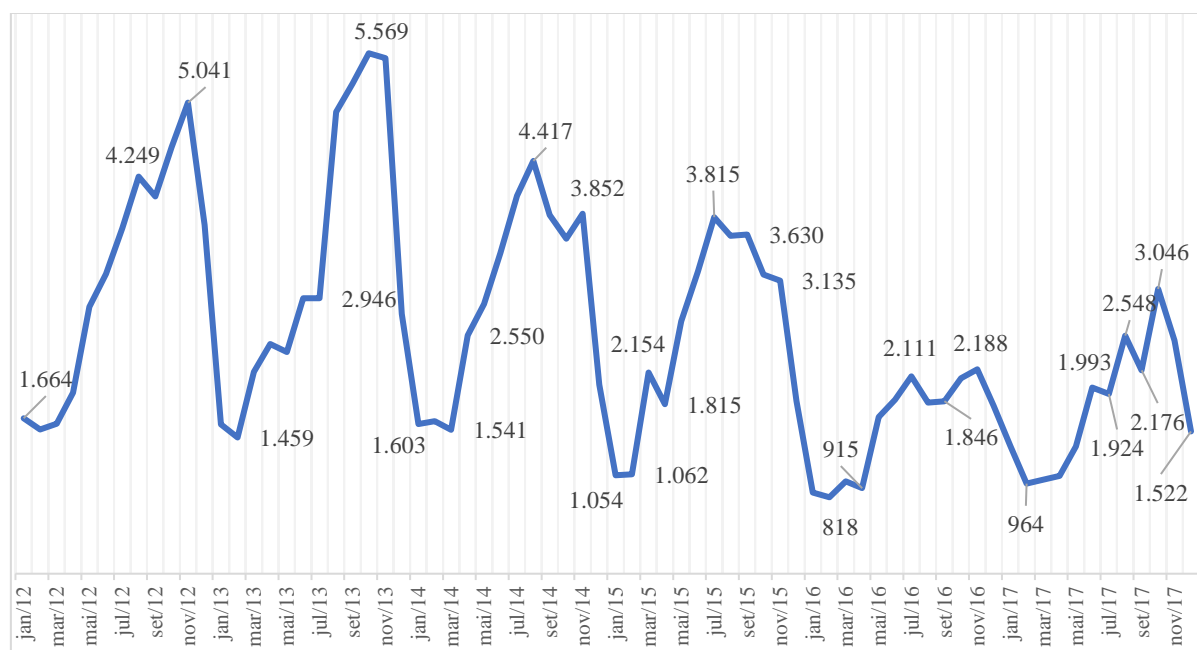


Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

Elaboração: OMT-MA

Em 5 anos, o Maranhão apresentou uma sazonalidade nas admissões no primeiro semestre de todos os anos, em função do verão chuvoso. Ao entrar no verão propriamente dito, o setor inicia contratações mais representativas, de acordo com o gráfico 20 observa-se por contraste a queda de participação do setor através dos anos.

**Gráfico 20 – Admissões em 12 meses (2012-2017)**



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

Elaboração: OMT-MA

As horas de trabalho que os funcionários trabalham, sofreram alterações peculiares. Até 12 horas aumenta sua participação saindo de 0,1% para 0,5%, a subtração entre o primeiro e último ano representa 12 (doze) pessoas. A menor faixa de horas contratadas é de 13 a 15 horas, que mantém a participação de 0,1% para todos os anos. 16 a 20 horas é uma faixa oscilante, iniciando com 0,39%, atingindo ápice em 2014, com duzentos e dezesseis (216), representando 0,38% para o ano; e, por fim, fecha 2017 com cento e quarenta e dois (142), ou seja, 0,23%.

Em contrapartida, 21 a 30 horas inicia com cento e sessenta e três (163) colaboradores, com o auge em 2015, com duzentos e noventa e três trabalhadores (293) e declínio em 2017, com duzentos e quatro (204) pessoas. 31 a 40 horas é a segunda maior secção, esta consegue atingir mais de um por cento de 2013 a 2017, ainda que apresente uma queda a partir de 2014, com seiscentos e quarenta e dois (642 ou 1,42%) para o ano; com declínio até 2017, ano com duzentos e quatro pessoas (204 ou 1,30%).

A maior porção dos trabalhadores da construção civil trabalham entre *41 e 44 horas*. Em 2012, são cinquenta e oito mil, setecentos e noventa e quatro indivíduos (98,58%), seguindo em queda progressiva nos quatro anos seguintes de vinte três mil e sessenta pessoas (23.060) e encerra-se o ano de 2017 com trinta mil, setecentos e trinta e quatro (35.734 ou 97,66%).

**Tabela 9 – Horas de trabalho por ano (2012-2017)**

<b>Horas de trabalho</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Até 12 horas	27	35	35	25	39	35
13 a 15 horas	5	6	6	3	4	2
16 a 20 horas	139	160	216	191	157	142
21 a 30 horas	163	129	290	293	200	204
31 a 40 horas	515	617	642	554	488	475
41 a 44 horas	58.794	57.379	55.266	49.053	36.097	35.734

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

Elaboração: OMT-MA

## REFERÊNCIAS

CNI - Confederação Nacional da Indústria. Indicadores CNI: Sondagem indústria da construção. Brasília, ano 10, n. 6, mar. 2019. Disponível em: < <http://www.cbicdados.com.br/media/anexos/Sond-Jun19.pdf> >. Acesso em: 20 ago. 2019.

FRISCHTAK, Cláudio R. **Impacto econômico e social da paralisação das obras públicas**. Brasília: Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC, 2018. 73 p. Disponível em: <[https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Impacto\\_Economico\\_das\\_Obras\\_ParalisadasI](https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Impacto_Economico_das_Obras_ParalisadasI)>. Acesso em: 22 abr. 2019.

FGV IBRE. **Sondagem da Construção – julho de 2019**. Rio de Janeiro: FGV, 2019. Disponível em: <[https://portalibre.fgv.br/data/files/FA/74/17/FD/8CD2C610C1A9A0C68904CBA8/Sondagem%20da%20Const%20FGV\\_press%20release\\_Jul19.pdf](https://portalibre.fgv.br/data/files/FA/74/17/FD/8CD2C610C1A9A0C68904CBA8/Sondagem%20da%20Const%20FGV_press%20release_Jul19.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2019.

IBGE. **Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC)**. 2017. Elaborado por OMT-MA. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/paic/quadros/brasil/2017>. Acesso em: 13 jun. 2019.

IPEA. **Produto interno bruto (PIB): indústria da construção civil: variação real trimestral sobre mesmo trimestre do ano anterior**. 2019. Elaborado por OMT-MA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 13 maio 2019.

NAKAMURA, Juliana. **Tendências da construção civil em 2019**. 2019. Disponível em: <<https://www.buildin.com.br/tendencias-da-construcao-civil-2/>>. Acesso em: 06 maio 2019.

SEBRAE (Brasil). **Construção civil: Boletim de tendências - janeiro-fevereiro 2019**. 2019. Disponível em: <<https://sebraeinteligenciasetorial.com.br/produtos/boletins-de-tendencia/perspectivas-para-o-mercado-imobiliario-em-2019/5c7823495177ac1800c660fc#download>>. Acesso em: 13 maio 2019.

SENAI; CBIC. **OBRAS PARALISADAS DO PAC: análise da situação atual e propostas para retomada**. 2019. Disponível em: <<https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2019/04/OBRAS-PARALISADAS-DO-PAC-AN%C3%81LISE-DA-SITUA%C3%87%C3%83O-ATUAL-E-PROPOSTAS-PARA-RETOMADA.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2019.

Como citar este relatório:

OLIVEIRA, Francisco Jadson Brito; PAIXÃO, Cellyna M. S.; SILVA, Lucas L.; TEIXEIRA, Tadeu Gomes. **Boletim Especial nº. 2 (2019)** - Construção Civil: impacto da crise setorial no mercado de trabalho maranhense. São Luís: Observatório do Mercado de Trabalho do Maranhão, 2019.